



# INTERNATIONAL MONETARY FUND FACTSHEET

## O papel do FMI para ajudar a proteger os mais vulneráveis na crise mundial

*Na difícil conjuntura atual, o FMI está ajudando os governos a preservar e até mesmo ampliar os gastos sociais, inclusive com assistência social. Em especial, o FMI está incentivando medidas para expandir e melhorar o direcionamento de programas de proteção social que podem atenuar o impacto da crise sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. São apresentados a seguir alguns exemplos de como programas recentes apoiados pelo FMI buscam proteger os gastos sociais de uma forma que seja a um só tempo sustentável para as finanças públicas e economicamente eficiente.*

África	
<b>Burundi</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Para atenuar o impacto da crise sobre os mais pobres, o programa apoiado pelo FMI previa uma margem de cerca de 1,5% do PIB para a realização de gastos emergenciais em redes de proteção social em 2009.</li><li>• Em resposta ao choque nos preços dos alimentos e combustíveis em 2011, a Diretoria Executiva do FMI aprovou um acréscimo de 0,5% do PIB no financiamento para atenuar o impacto do choque sobre as finanças públicas do país.</li><li>• O programa também previa gastos mais elevados em programas de proteção social dirigidos aos grupos mais vulneráveis, no montante de 0,7% do PIB.</li></ul>
<b>Moçambique</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• No âmbito do programa apoiado pelo FMI, o governo reformulou seus programas de proteção social em 2011 e em 2012 elevou em um terço a dotação orçamentária destinada à proteção social.</li><li>• Moçambique está participando do projeto piloto iniciado pela ONU em 2011 sobre os pisos de proteção social. No contexto dessa iniciativa, o FMI fez uma análise do espaço fiscal disponível e a OIT e a UNICEF prestaram assessoria técnica em regimes de proteção social.</li><li>• Para potencializar o espaço fiscal na concepção de regimes de proteção social sustentáveis e coerentes com a estratégia de redução da pobreza de 2011–14, o atual programa do FMI inclui um piso indicativo trimestral para os gastos prioritários, que reflete a metade de todos os gastos.</li></ul>
<b>Quênia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Como parte do programa apoiado pelo FMI, o governo expandiu programas direcionados, tais como a transferência de renda para órfãos e outras crianças vulneráveis, bem como para idosos e outros grupos vulneráveis. Com isso, a proporção de órfãos e crianças vulneráveis com direito a receber transferências de renda passou de 1% em 2007 para 15,6% no exercício 2010/11. No mesmo período, o número de famílias com pessoas vulneráveis habilitadas a receber essas transferências saltou de 200 para 33 000.</li></ul>

<b>Seychelles</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O programa apoiado pelo FMI, aprovado no fim de 2008, introduziu um regime de transferência de renda destinado a proteger os segmentos mais vulneráveis da população, em substituição a subsídios universais sem alvos específicos. Em 2012, o orçamento da Agência de Proteção Social, que administra o programa de transferência de renda segundo critérios específicos de habilitação, teve um aumento de cerca de 0,4% do PIB.</li> </ul>
<b>América Latina e Caribe</b>	
<b>Haiti</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para preservar e estimular os gastos sociais, o programa apoiado pelo FMI monitora o cumprimento de um piso de despesas de combate à pobreza, que consistem de gastos financiados internamente em educação, saúde e agricultura. Com isso, os gastos sociais passaram de 0,1% do PIB no início do programa, em 2010, para 0,3% do PIB em maio de 2012.</li> <li>O FMI está apoiando outras medidas recentes no contexto do programa, tais como: i) o lançamento de um programa gratuito de educação obrigatória que visa colocar todas as crianças de 6 a 12 anos na escola nos próximos quatro anos (em incrementos de cerca de 25% por ano); ii) um programa de transferência condicional de renda que beneficia mulheres de bairros carentes próximos a Porto Príncipe; e iii) um programa de produção e distribuição de alimentos em bairros carentes para aliviar o impacto de riscos naturais e promover projetos agrícolas e de distribuição de alimentos.</li> <li>Para o futuro, tendo em conta a presença maciça de ONGs no país, bem como muitas iniciativas pontuais de combate à pobreza, incentiva-se as autoridades a estreitar a parceria com todos os interessados para desenvolver um arcabouço coeso e abrangente para melhorar o direcionamento dos gastos sociais e garantir a eficiência dos gastos em prol dos pobres.</li> </ul>
<b>Nicarágua</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não obstante a necessidade de consolidação fiscal para baixar a elevada dívida pública, os gastos em prol dos pobres foram protegidos no programa apoiado pelo FMI em 2007–11. O programa preservou os gastos sociais e fixou pisos para as despesas em favor dos pobres, que tiveram um acréscimo de cerca de 12% durante a vigência do programa, chegando a quase 13% do PIB em 2011.</li> <li>O programa permitiu o aumento dos gastos em áreas prioritárias (como segurança alimentar, educação, saúde, água e saneamento), conforme articuladas pelas autoridades em sua Estratégia de Redução da Pobreza. Em especial, após a recessão econômica de 2009, as autoridades elevaram os gastos com os principais programas de segurança social para mais de 8% em termos reais em 2010 (2,8% do PIB, ou US\$ 175 milhões). No mesmo ano, também foram concedidos fortes aumentos às pensões e benefícios de saúde.</li> </ul>
<b>São Cristóvão e Névis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito do programa apoiado pelo FMI, a política de proteção social do governo concentra-se na melhoria do foco e da coesão das iniciativas de combate à pobreza para melhorar a assistência aos mais carentes. O país está consolidando os programas de transferência de renda e desenvolvendo o arcabouço legislativo necessário, o qual incluirá uma avaliação dos meios de subsistência como forma de verificar a habilitação das famílias aos benefícios.</li> </ul>

<b>Ásia e Pacífico</b>	
<b>Ilhas Salomão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI reconhece a necessidade de expandir gastos sociais críticos em infraestrutura, saúde e educação para alcançar o crescimento inclusivo.</li> <li>• O governo continua empenhado em manter os gastos com saúde e educação no patamar mínimo de 32% da despesa corrente custeada pelo Estado e em melhorar a qualidade dos gastos através do reforço da gestão das finanças e compras públicas.</li> </ul>
<b>Mongólia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar de cortes orçamentários significativos em outras áreas, as transferências sociais foram protegidas no âmbito do programa de 2009 apoiado pelo FMI e cresceram nos últimos dois anos.</li> <li>• Em janeiro de 2012, o parlamento aprovou uma lei de reforma das transferências sociais. A reforma introduziu um benefício dirigido de combate à pobreza que reforçará a rede de proteção social e ampliará os recursos disponíveis para a proteção dos segmentos mais carentes da população.</li> </ul>
<b>Sri Lanka</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O foco do programa apoiado pelo FMI é a prevenção de uma crise monetária que poderia ter efeitos catastróficos, sobretudo para as camadas mais pobres e vulneráveis da população.</li> <li>• O programa visa garantir que a paz conquistada gere recursos para ajudar os grupos mais vulneráveis do país, especialmente a população do norte e do leste (as áreas mais afetadas pela guerra civil).</li> <li>• Desde o início do programa, houve um aumento significativo dos gastos não relacionados à segurança, seja em termos absolutos seja como parcela do total da despesa pública. Recursos previamente destinados a gastos militares foram canalizados para atividades de reconstrução, tais como a retirada de minas terrestres, as infraestruturas básicas e outras atividades essenciais para a reinserção de populações deslocadas pela guerra civil.</li> </ul>
<b>Europa</b>	
<b>Bósnia e Herzegovina</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI visava amortecer o impacto da crise econômica global e do ajuste fiscal sobre os grupos mais vulneráveis, com medidas para evitar cortes nas pensões e reformar a rede de proteção social.</li> <li>• O regime de benefícios baseados em direitos está sendo reformulado, com o auxílio do Banco Mundial, para melhorar seu foco e evitar o abuso dos critérios de habilitação.</li> </ul>
<b>Grécia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O rápido crescimento dos gastos sociais foi um dos principais fatores por trás dos grandes déficits acumulados antes da crise. Desde 2000, os gastos de previdência social na Grécia aumentaram cerca de 6% do PIB, atingindo um dos maiores níveis registrados na União Europeia. Por isso, os cortes nos gastos sociais são inevitáveis, inclusive no que se refere a pensões.</li> <li>• Para minimizar o impacto sobre os grupos mais vulneráveis, os cortes atingirão sobretudo os beneficiários de pensões mais elevadas e aqueles que recebem pensões complementares. O governo também se comprometeu a rever outros programas de benefícios sociais, que são mal direcionados e têm uma</li> </ul>

	<p>distribuição desigual: por exemplo, 60% de todos os benefícios familiares destinam-se aos 40% da população com a renda mais alta.</p>
<b>Hungria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI em 2008–10 ajudou a estabilizar a economia e a aliviar o impacto da crise global sobre os pobres e a população de baixa renda. Especificamente, conseguiu-se evitar uma crise bancária, e a subsequente estabilização da moeda beneficiou os mutuários de hipotecas.</li> <li>• A despeito do congelamento nominal dos salários do setor público, foi instituído um regime de complementação condicionado ao crescimento real para preservar o poder de compra dos servidores públicos de baixa renda.</li> <li>• Foram introduzidos mecanismos de apoio direcionado para proteger os pobres após a extinção de determinadas transferências e subvenções universais (entre elas à habitação e ao consumo de energia); as pensões por invalidez foram elevadas no caso de beneficiários pobres.</li> <li>• Foi instituído um mecanismo de apoio ao pagamento de hipotecas para conceder alívio temporário aos desempregados e famílias que enfrentassem aumentos significativos dos pagamentos (por causa da perda de renda ou do aumento das mensalidades de empréstimos expressos em moeda estrangeira).</li> </ul>
<b>Irlanda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nas últimas décadas, a Irlanda desenvolveu um sólido sistema de apoio social que ajudou a amortecer o impacto da forte recessão de 2008–10.</li> <li>• O programa apoiado pelo FMI e a UE entrou em vigor no final de 2010. O programa deliberadamente distribuiu o ajuste fiscal necessário ao longo de um período de cinco anos (2011–15) para resguardar a frágil recuperação e ajudar a conter o fortíssimo aumento do desemprego. Ademais, o programa abriu espaço para a iniciativa das autoridades para a geração de empregos em quatro anos (iniciada em maio de 2011) e, mais recentemente, o anúncio do plano de médio prazo de estímulo à infraestrutura, uma vez que a criação de empregos é essencial.</li> <li>• Considerando o forte aumento dos gastos públicos e a redução dos impostos básicos antes da crise, é preciso reverter essas políticas em certas medidas para reconduzir as finanças públicas a uma posição sustentável. Contudo, a decisão sobre o ajuste das despesas e o aumento dos impostos compete ao governo irlandês, de acordo com suas prioridades sociais, para garantir a forte apropriação nacional do programa.</li> </ul>
<b>Islândia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos termos do programa apoiado pelo FMI, que terminou em 2011, os orçamentos de 2010 e 2011 incorporaram novos programas para enfrentar problemas específicos (como o desemprego juvenil e o superendividamento das famílias), a despeito de cortes em algumas áreas.</li> <li>• O envolvimento efetivo com os parceiros sociais e a formação de consenso facilitaram as decisões sobre questões orçamentárias básicas, tais como um quadro de resolução da dívida das famílias e o pacto de estabilidade tripartite, que implicou um aumento substancial dos benefícios sociais.</li> </ul>
<b>Kosovo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI proporciona espaço fiscal para a reforma previdenciária ora em discussão no parlamento e que visa elevar as pensões básicas, cujo nível atual é bastante baixo.</li> <li>• O programa também proporciona espaço fiscal para uma ambiciosa reforma da saúde que busca ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa também dá continuidade aos programas de assistência social já em vigor: i) benefícios pecuniários para grupos de renda específicos e ii) subsídio ao consumo mínimo de energia para famílias atendidas pelo mecanismos de assistência social.</li> </ul>
<b>Letônia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos termos do programa apoiado pelo FMI, que terminou em 2011, o governo implementou uma estratégia abrangente para aprimorar a rede de proteção social, a um custo estimado de 0,5% do PIB.</li> <li>• A renda mínima garantida, concedida a famílias, teve um aumento de 8% para os adultos e 22% para as crianças. Famílias com renda inferior ao nível de subsistência estão habilitadas a receber uma transferência de renda igual à diferença entre a soma dos níveis de subsistência e a renda familiar efetiva.</li> <li>• O co-pagamento da assistência médica foi abolido no caso dos pobres.</li> <li>• Foram disponibilizados mais recursos para ajuda habitacional de emergência a famílias de baixa renda.</li> <li>• O FMI também incentivou o governo a executar um programa emergencial de obras públicas, financiado pelo Fundo Social Europeu, para dar emprego àqueles que querem trabalhar mas não conseguem encontrar vagas.</li> </ul>
<b>Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal está implementando um programa de ajuste fiscal de grande envergadura, que sem dúvida exige sacrifícios de todos os portugueses. O ajuste exige reformas em muitas áreas, como tributação e os setores sociais e da saúde. Contudo, os grupos mais vulneráveis estão sendo protegidos da melhor forma possível.</li> <li>• Por exemplo, para minimizar o impacto dos cortes nos salários e pensões do setor público sobre os grupos mais vulneráveis, foram utilizados pisos que protegem os assalariados.</li> <li>• Os cortes nos benefícios sociais estão sendo aplicados mediante a verificação do nível de renda, para melhorar seu direcionamento.</li> <li>• No setor da saúde, uma área em que a reforma era inevitável, houve um aumento global dos co-pagamentos, mas os limiares de isenção foram elevados para proteger os pobres.</li> <li>• Do lado da receita, os aumentos de impostos também foram aplicados de forma a proteger, sempre que possível, as famílias vulneráveis. Por exemplo, até agora, os aumentos das alíquotas do IVA não atingiram os bens de primeira necessidade, que continuam a ser tributados pela alíquota mais baixa. Foi adotada uma "tarifa social" para proteger as famílias pobres do impacto pleno do aumento das tarifas de transporte.</li> <li>• Também estão a ser implementadas políticas ativas no mercado de trabalho para reduzir o impacto da recessão sobre o emprego dos grupos vulneráveis.</li> </ul>
<b>Romênia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI buscou limitar o impacto das medidas sobre os grupos mais vulneráveis.</li> <li>• Foram reservados recursos orçamentários para o mecanismo de renda mínima garantida. Os assalariados e pensionistas mais pobres foram protegidos dos cortes salariais e não houve alteração dos pisos de pensões e salários públicos. O aumento do salário mínimo em 2012 acompanhou a inflação, em linhas gerais.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os próximos aumentos das tarifas de gás e eletricidade para uso doméstico serão introduzidos progressivamente e os mecanismos de proteção social dos mais vulneráveis serão aperfeiçoados. Até o momento, os aumentos das tarifas de gás atingiram apenas os clientes não residenciais.</li> </ul>
<b>Ucrânia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito do programa apoiado pelo FMI, o custo dos serviços públicos que ultrapassar uma certa porcentagem da renda familiar é coberto pelo orçamento do Estado. A partir de 2011, o limiar aplicado baixou de 20% para 15% no caso dos trabalhadores ativos e de 15% para 10% no caso dos pensionistas. Esta medida deve beneficiar quase 800 mil famílias (cerca de 5% do total).</li> <li>O governo continua a realizar uma revisão dos programas sociais, em consulta com o Banco Mundial, visando torná-los mais eficazes e bem direcionados. Isso deve contribuir para a disponibilização de mais recursos para a proteção das famílias mais pobres.</li> </ul>
<b>Oriente Médio e Ásia Central</b>	
<b>Afganistão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O programa apoiado pelo FMI define um quadro macroeconômico que promove o crescimento inclusivo, o desenvolvimento humano e a estabilidade econômica, à medida que as tropas estrangeiras se retiram do país.</li> <li>O programa fixa um piso para os gastos sociais e em prol dos pobres, que é identificado no orçamento em conformidade com a estratégia nacional de redução da pobreza e com o perfil da pobreza formulado pelo governo do Afeganistão. O piso é de US\$ 400 milhões no exercício 2012/13.</li> </ul>
<b>Armênia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito do programa apoiado pelo FMI, os gastos sociais passaram de 5,8% do PIB em 2008 para 6,6% do PIB em 2011.</li> <li>Para o futuro, o programa visa preservar os gastos sociais e, simultaneamente, melhorar o direcionamento das redes de proteção social para oferecer mais benefícios às famílias habilitadas.</li> </ul>
<b>Djibuti</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A despeito da necessidade de consolidação fiscal, foram tomadas medidas no âmbito do programa apoiado pelo FMI, que terminou em maio de 2012, para preservar os gastos sociais e melhorar seu direcionamento. Entre essas medidas figura a definição de uma meta indicativa para os gastos sociais (cerca de 6% do PIB em 2011).</li> <li>Os ministérios da saúde e da educação estavam isentos da suspensão de novas contratações prevista no programa, e os salários mais baixos do serviço público tiveram aumento.</li> <li>Apesar da consolidação fiscal, foram mantidos os subsídios à querosene, que é utilizada pelos grupos mais vulneráveis.</li> <li>Os impostos sobre as importações de determinados produtos alimentícios de primeira necessidade foram eliminados em 2008.</li> <li>O FMI prestou assistência técnica ao ministério das finanças para formular um programa de reforma do subsídio ao diesel visando a eliminação gradativa do subsídio universal ao preço do produto e o direcionamento do benefício aos grupos vulneráveis.</li> </ul>

<b>Geórgia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito do programa apoiado pelo FMI, os gastos sociais cresceram 13% em termos reais em 2009–10 (em relação a 2008).</li> <li>• De início, boa parte do aumento nos gastos sociais foi utilizada na assistência às pessoas deslocadas internamente em virtude do conflito de 2008 com a Rússia e em programas de bases amplas e desembolso rápido, tais como um aumento das pensões básicas.</li> <li>• Mesmo com a eliminação gradativa dessas medidas iniciais de apoio, os gastos sociais globais eram mais de 4% mais elevados em termos reais ao final do programa (em 2011) do que em 2008.</li> <li>• Os maiores aumentos em termos reais nesse período referiam-se aos programas de saúde (27%) e educação (13%).</li> <li>• Em 2011, último ano do programa, o governo distribuiu vales de compras para atenuar o impacto da alta dos preços dos alimentos e produtos energéticos.</li> </ul>
<b>Iêmen</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um dos pilares do programa apoiado pelo FMI é um ajuste fiscal que crie o espaço necessário no orçamento para a elevação dos gastos sociais e de investimento.</li> <li>• Em colaboração com o Banco Mundial, em fevereiro de 2011 a cobertura do programa de transferência de renda foi estendida a mais 500 mil famílias muito vulneráveis (elevando para 1,5 milhão o número de famílias beneficiadas), de modo a compensar parte do impacto da eliminação dos subsídios aos combustíveis.</li> </ul>
<b>Iraque</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O programa apoiado pelo FMI ajudou a preservar os gastos sociais com educação e o sistema de distribuição pública, que fornece produtos de primeira necessidade a todos os lares do país. Estima-se que em 2012 os gastos com educação tenham um aumento de cerca de 50% em comparação ao orçamento de 2011.</li> </ul>
<b>Mauritânia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para preservar os gastos sociais, o programa apoiado pelo FMI definiu um piso para as despesas em prol dos pobres, que tiveram um acréscimo de 10% em termos reais no período 2010–11, chegando a cerca de 31% da despesa total.</li> <li>• O FMI ajudou o governo a formular um programa emergencial temporário visando mitigar os efeitos das secas e da alta dos preços dos alimentos sobre os mais vulneráveis. As principais medidas de emergência são a reposição dos estoques de alimentos nas zonas rurais, a distribuição gratuita de alimentos e os subsídios às rações bovinas.</li> <li>• No âmbito do programa apoiado pelo FMI, os subsídios à energia, dispendiosos e mal direcionados, estão sendo substituídos por redes de proteção social com foco bem dirigido. Os principais elementos da reforma, como a introdução de um mecanismo de nivelção do preço dos combustíveis e uma nova grade tarifária para a energia elétrica que preserve as tarifas de consumo mínimo para os pobres, são acompanhados por uma nova estratégia de proteção social e uma ampliação dos mecanismos de transferência de renda existentes.</li> <li>• Parte da poupança gerada pela atual reforma dos subsídios será usada para expandir as redes de proteção existentes, como os mecanismos de transferência condicionada de renda e os programas de merendas escolares. Os resultados do levantamento da pobreza ora em curso, destinado a identificar as populações mais carentes, ajudarão a orientar esses esforços.</li> </ul>

<b>Paquistão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O fortalecimento da rede de proteção social era uma das prioridades básicas do programa apoiado pelo FMI que terminou em setembro de 2011.</li> <li>• Houve um aumento significativo das transferências condicionadas de renda em 2009/10 em relação a 2008/09, de 0,8% para 1,8% da despesa total.</li> <li>• O governo também proporcionou um auxílio pontual às famílias atingidas pelas enchentes de julho de 2010, no montante total de 0,1% do PIB nas esferas federal e provincial.</li> <li>• Em setembro de 2010, o FMI disponibilizou US\$ 451 milhões (0,2% do PIB) em assistência emergencial para ajudar a população mais afetada pelas enchentes, sobretudo os pobres e os grupos vulneráveis que necessitavam de comida, abrigo e assistência médica.</li> <li>• Em 2011/12, houve um forte aumento das transferências de renda em relação ao ano anterior, e o orçamento de 2012/13 prevê um aumento nominal de 22% nas transferências condicionadas de renda.</li> </ul>
<b>República Quirguiz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito do programa apoiado pelo FMI, o governo quirguiz elevou as pensões em 2011 e 2012, o que fez com que as pensões médias passassem a equivaler a cerca de 100% da renda mínima de subsistência.</li> <li>• O aumento dos salários de professores e médicos introduzido em junho de 2011 ajudou a elevar em mais de 0,7% do PIB os gastos com saúde e educação em 2012.</li> <li>• O programa apoiado pelo FMI fixou um piso para os programas de assistência social direcionados. O FMI também está trabalhando com o Banco Mundial para formular recomendações de política pública para elevar a parcela dos gastos sociais destinada aos segmentos vulneráveis e de baixa renda da população e para melhorar o direcionamento desses gastos.</li> </ul>
<b>Sudão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um pilar básico do programa monitorado pelo corpo técnico que terminou em dezembro de 2010 foi a proteção dos pobres contra os efeitos da recessão. Assim, as transferências sociais foram mantidas em 2009–10.</li> <li>• As transferências sociais também foram preservadas em 2011, a despeito da necessidade de cortes orçamentários significativos após a secessão do Sudão do Sul e a consequente perda de cerca de 75% da produção petrolífera.</li> <li>• Em janeiro de 2011, o governo elevou o preço do açúcar e de alguns produtos petrolíferos e introduziu medidas de proteção social para mitigar o impacto negativo desses aumentos sobre o bem-estar das famílias. Entre essas medidas figuram um aumento generalizado das pensões e dos salários do serviço público e o compromisso de proporcionar apoio dirigido a famílias e estudantes pobres; novas transferências aos programas de seguro de saúde e recursos adicionais aos fundos de desenvolvimento da agricultura e da indústria.</li> <li>• Em julho de 2012, o governo efetuou novos aumentos de preços de determinados produtos petrolíferos. Para atenuar o impacto desses aumentos sobre a população, as autoridades elevaram em cerca de US\$ 95 milhões a despesa com benefícios sociais gerais, mais do que o dobro da dotação inicial; concederam um aumento de cerca de US\$ 27 nos salários e pensões do serviço público (equivalente a 40% do salário mínimo), reduziram os direitos aduaneiros sobre os gêneros de primeira necessidade e isentaram os medicamentos desses direitos.</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• O FMI também instou o governo a garantir que o aumento das despesas de investimento no orçamento de 2012 seja direcionado a infraestruturas sociais e econômicas básicas, como saúde, educação, formação e acesso a água potável.</li></ul>
<b>Tajiquistão</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• No âmbito do programa apoiado pelo FMI, o governo elevou os gastos sociais de 7,3% do PIB em 2008 para cerca de 9,7% do PIB em 2011, e pretende elevá-los novamente para 10% do PIB em 2012.</li><li>• Em 2009–11, parte desse aumento foi destinada a transferências a famílias para ajudá-las a enfrentar a redução na renda disponível devido a uma queda vertiginosa na entrada de remessas do exterior durante a crise mundial.</li><li>• O governo está trabalhando em parceria com o Banco Mundial no desenvolvimento de um sistema de transferência de renda direcionado que visa proteger os segmentos mais vulneráveis da população; também está empenhado em reformar o setor agrícola, para criar oportunidades de emprego e aumentar o potencial de renda dos agricultores.</li></ul>